



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

10 de Abril 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano

Editoria: Opinião

Data: 07/04/2014

Assunto: Proposta curricular

Página: 07



CORREIO LAGEANO

A proposta de Santa Catarina

GILBERTO LUIZ AGNOLIN *

A política educacional se constrói no movimento histórico, projeta os rumos futuros, a partir da qual este setor da sociedade se organiza e tem no currículo escolar o veículo para a sua efetivação. Em Santa Catarina, a Proposta Curricular para a Educação Básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, vem sendo construída ao longo das últimas décadas, tendo como principais atores/autores os educadores catarinenses, especialmente da rede pública estadual.

No Brasil, os debates sobre os desafios a serem enfrentados pela educação básica vão desde o seu financiamento e a operacionalização do Fundeb, a dificuldade de acesso ao ensino na faixa etária correspondente e aos temas que movimentam o cotidiano das escolas, e suscitam alterações no currículo escolar tais como: a inserção no currículo de pautas sobre a diversidade, a interdisciplinaridade e os tempos de atividade escolar. Esses elementos de uma realidade social complexa

trouxeram e fomentaram debates nacionais que permearam a configuração das Diretrizes Gerais Nacionais para a Educação Básica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 2010, com desdobramentos em diretrizes específicas que devem ser incorporadas na educação básica.

Diante desse desafio, o Estado de Santa Catarina, por



Esse processo contempla um ciclo de formação para a atualização da proposta curricular.

meio da Secretaria de Estado da Educação, deflagra um novo processo de debates e de proposições para a atualização da Proposta Curricular da Educação Básica. Esse processo contempla um ciclo de formação para a atualização da Proposta Curricular que ocorrerá até julho de 2014. O processo será realizado em seminários e web conferências, com a participação dos educadores das redes públicas municipais, rede pú-

blica estadual e rede privada, tem a finalidade de produzir Cadernos Curriculares por áreas do conhecimento, com abordagens transversais e interdisciplinares que subsidiem o processo de reorganização curricular de Santa Catarina. Também proporcionará o envolvimento das instituições de educação superior de Santa Catarina neste processo provocando a reflexão acerca dos currículos das licenciaturas

A operacionalização do processo traz inovações na estratégia metodológica que se encontra detalhada no endereço www.propostacurricular.sed.sc.gov.br com a possibilidade de participação de todo o/a cidadão/ã que tenha interesse em debater o currículo escolar e produzir mais um momento histórico para a educação catarinense.

* Diretor de Educação Superior e Políticas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

» Artigos podem ser enviados para redacao@correiolageano.com.br com assunto "Artigo de Leitor" e tamanho de 2.400 caracteres.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Cartas

Data: 10/04/2014

Assunto: Movimento estudantil

Página: 35

A NOTÍCIA

Abaixo a repressão

Estudantes e comunidade, nós, do grêmio da Escola Marli Maria de Souza, estamos sendo alvo de ataques dos inimigos da juventude: infiltrados na Secretaria da Educação, na gerência de educação e na direção da escola, não permitem que os estudantes se organizem livremente. Não permitem que o grêmio estudantil seja livre e dos estudantes, para que somente eles decidam pelas suas lutas.

Não podemos aceitar que as exigências de reformulação de estatuto e desfiliação das entidades representativas dos estudantes aconteçam. Querem apagar nossos direitos! Querem nos ensinar desde cedo que o filho do trabalhador não tem direito nem de se organizar, não tem direito de lutar e reivindicar, só obedecer. Querem atrelar o grêmio à direção, ao conselho e à APP, para que ele não possa lutar por uma educação pública de qualidade e demais reivindicações da juventude.

Nossa resposta é que não entregaremos na mão desses inimigos da juventude a soberania dos estudantes nem a liberdade de organização estudantil. Não reformularemos o estatuto nem nos desfilaremos das entidades! E cobramos das entidades um apoio de solidariedade a essa luta, e que seja levada em nível nacional para que os estudantes tenham seus direitos de livre organização estudantil. Abaixo a repressão. Direito de organização livre. Soberania aos estudantes!

Izzi Berté,
presidente do Grêmio da Escola Marli
Maria de Souza



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 10/04/2014
Assunto: Residência pedagógica		Página: Online



Vai para a Câmara projeto que cria residência pedagógica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (8) projeto que cria a residência pedagógica para professores da educação básica, nos moldes da residência para a capacitação prática dos estudantes de Medicina. Os estudantes deverão cumprir pelo menos 1.600 horas após a formação inicial e terão direito a bolsa de estudo.

Apresentada pelo senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), a proposta (PLS 284/2012) foi aprovada em decisão terminativa. Por isso, deverá seguir agora diretamente para exame na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para decisão final no Plenário do Senado.

Uma emenda do relator, senador Cyro Miranda (PSDB-GO), que preside a comissão, estendeu a obrigatoriedade da residência a todo o conjunto de cursos de formação de professores da educação básica, da creche ao ensino médio. A emenda também estabeleceu o mínimo de 1.600 horas para a residência, que exigirá dedicação integral (8 horas diárias) pelo período de um ano, com 200 dias letivos.

O projeto original incluía na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a previsão da residência pedagógica apenas para professores habilitados para ensinar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, com duração mínima de 800 horas. O texto inicial já previa a concessão da bolsa de estudo, cujo valor deverá ser estipulado pelas esferas de governo responsáveis pelos cursos, como explicou o relator.

Para Cyro, a proposta de Blairo foi "muito oportuna", diante das preocupações motivadas pela deficiente formação dos professores, inclusive a de cunho prático. Segundo ele, grande parte dos estudantes de Pedagogia termina seus cursos sem o necessário preparo para enfrentar uma sala de aula. A seu ver, as 1.600 horas de residência vão assegurar ao estudante uma "experiência essencial", com a vantagem de já contar com uma renda durante essa nova fase de aprendizagem.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Não adianta o professor ir para a sala de aula e não ter condições de formar bem os alunos – argumentou.

Na avaliação do relator, o projeto oferece resposta a uma parte dos problemas da educação no país. Entre as medidas ainda necessárias, ele cita a formação continuada e a melhoria dos ganhos dos professores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 10/04/2014
Assunto: Olimpíada de matemática		Página: Online



Olimpíada de Matemática tem 18 milhões de estudantes inscritos

Ao todo, 18.187.971 estudantes se inscreveram para a 10.^a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Este ano, serão 46.698 escolas participantes, de 5.533 municípios. As inscrições terminaram no dia 21 de março e a prova da primeira fase está marcada para 27 de maio.

São Paulo, com 3.497.224 de alunos, e Minas Gerais, com 1.936.366, são os estados com o maior número de inscritos. Os estudantes são divididos em três níveis: 6º e 7º anos do ensino fundamental; 8º e 9º anos do ensino fundamental; e 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.

Na primeira fase, os alunos fazem a prova com 20 questões de múltipla escolha dentro da própria escola. Os 5% com as melhores notas vão para a segunda fase, que tem seis questões dissertativas, onde os estudantes precisam expor os cálculos e explicar o raciocínio usado.

Este ano, serão distribuídas 500 medalhas de ouro, 1.500 de prata e 4.500 de bronze, além de 46.200 menções honrosas. Todos os medalhistas são convidados para integrar o Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) de 2015.

Os professores, escolas e secretarias de educação de municípios que se destacam pelo desempenho de seus alunos também são premiados. Mais informações na página www.obmep.org.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 10/04/2014
Assunto: Diagnóstico nas escolas		Página: Online



MPF fará diagnóstico para identificar problemas de escolas

O Ministério Público Federal (MPF) lançou ontem (8), em parceria com o Ministério Público dos estados, o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc). Pelo projeto, o MP fará um diagnóstico dos centros de ensino e apresentará, por meio de recomendações, soluções para os problemas identificados. A intenção é que o projeto chegue às mais de 150 mil escolas públicas do país.

O objetivo, segundo o próprio MPF, é estabelecer a defesa da educação básica de qualidade como prioridade na atuação do Ministério Público. "O projeto partiu de um levantamento que mostrava que, de toda a atuação do MP em educação, apenas 6% estavam voltados para a educação básica, e mesmo assim as ações eram muito dispersas", diz a procuradora da República no Rio de Janeiro e gerente do MPEduc, Maria Cristina Cordeiro.

A primeira etapa do projeto consiste no diagnóstico, que será feito por meio de audiências públicas com a participação da comunidade. Além disso, serão feitas visitas às escolas e aplicados questionários online aos gestores dos municípios e estados, aos diretores das escolas e aos presidentes dos conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Segundo o MPF, os questionários tratam de aspectos estruturais e pedagógicos, da alimentação escolar, da inclusão, de políticas públicas e do funcionamento dos conselhos sociais. As respostas fornecidas ficarão disponíveis ao público no site mpeduc.mpf.mp.br.

Com base no diagnóstico, em uma etapa posterior, os membros do MP apresentarão aos gestores públicos as recomendações aos problemas identificados. A última etapa consistirá em uma audiência pública para apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

Maria Cristina diz que a maior parte dos problemas das escolas está na gestão. Dos R\$ 100 bilhões do orçamento do Ministério da Educação, mais da metade é destinada para a educação básica. "O problema quase nunca é falta de recursos. Os maiores problemas são, infelizmente, a corrupção, má gestão e descontinuidade administrativa". De acordo com ela, é nesse sentido que o MP pretende atuar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O projeto foi executado como piloto em oito municípios dos estados de Roraima, do Pará, de Alagoas, do Amapá e do Rio de Janeiro. Agora, será implementado em 57 municípios que manifestaram interesse. A intenção é dar prioridade às cidades com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

"São visíveis os exemplos do que se pode fazer com essa preparação da gestão do recurso público que existe para a escola. O MP mostra que pode atuar não só de forma repressiva, mas de forma a orientar o gestor público para a boa e profissional utilização do recurso", diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Estará disponível ao público, a partir de hoje (9), em Brasília, no prédio da Procuradoria-Geral da República, uma exposição da fotógrafa Claudia Martini. Ela acompanhou a execução do projeto nos oito municípios pilotos.